



Além do foco

MARCELO NERI

*Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e da EPGE/FGV
mcneri@fgv.br*

“Bolhas de consumo dos miseráveis já houve várias neste país, agora booms de investimento dos produtores nanicos é coisa inédita”

O Brasil está há duas décadas sem crescer. Neste ínterim, ocorreram alguns surtos de expansão, bolhas e não *booms* sustentáveis: 1994, 1989, 1986 e 1980. Em 1986, registrou-se o episódio mais pungente, pelo lançamento de um ataque instantâneo à inflação e suas conseqüências, sem incorrer em custos sociais subjacentes. À época, o professor Mário Henrique Simonsen comparava o Plano Cruzado a uma engenhosa anestesia que precisava ser complementada por uma intervenção cirúrgica nas causas fundamentais do processo inflacionário, o nosso câncer coletivo. Em particular, Simonsen defendia que se fizesse, de fato, a tal operação para se curar as crônicas in-

continências fiscais e monetárias brasileiras. Falar em reduzir o déficit público era então um tabu que, por desconhecimento ou por falta de coragem, poucos ousavam fazer.

Na ocasião, alguns aconselharam que o Cruzado viesse acompanhado não somente de políticas fiscal e monetária frouxas como da adoção de abono salarial generalizado, de aumento ainda maior ao salário mínimo e da imposição de um gatilho salarial. Infelizmente, tais prescrições foram ouvidas e na impossibilidade de se manter os preços congelados, ou de se pegar “boi no pasto”, o plano morreu de morte matada ao primeiro disparo do gatilho. Seguindo a analogia *simonseniana*, a adoção destes procedimentos equivaleu a aproveitar a anestesia que

deveria ser feita para retirada do tumor, e ao invés dela fazer uma cirurgia plástica. O paciente saiu da mesa de operações parecendo melhor do que entrou, o que dificultou mais a adoção dos remédios amargos, inicialmente necessários ao tratamento.

O Plano Cruzado teve vários pais; um sábio e pouco ouvido avô; e uma convincente madrastra que vendo um filho, que não era seu, indo para a mesa de operação, não se furtou em receitar curandeirismos cosméticos. Erros como estes contribuíram sobremaneira para as turbulências econômicas e sociais vividas no Brasil durante os oito anos seguintes até o Plano Real.

A queda da desigualdade em 1986 foi tão rápida quanto o seu posterior retrocesso. A

euforia do Cruzado foi fugaz, pois a mudança na distribuição dos fluxos de renda observada não encontrou eco nos estoques de riqueza. As mudanças de rendimentos dos miseráveis não foram acompanhadas de alterações no seu capital produtivo. O Cruzado possibilitou alguns de nossos indianos a adotarem padrões consumistas belgas.

Além de movimentos distributivos em direção a indivíduos pobres com maiores propensões ao consumo, houve a conversão de riqueza financeira previamente acumulada em consumo.¹ Como a capacidade de produção da economia não foi alterada, pelo artificialismo com que as mudanças na distribuição dos fluxos de renda aconteceram, houve estrangulamentos produtivos, não acompanhados por correspondente aceleração de investimentos. A balança de pagamentos também apresentou problemas, gerando a moratória de 1987, o que compromete até hoje o nosso desempenho macroeconômico, pelos altos prêmios de riscos impostos ao país.

Excesso de demanda e estabilização macroeconômica definitivamente não combinam. Inspirado no fracasso do Cruzado, o Plano Collor circunscreveu esta possibilidade, seqüestrando, em 1990, ativos financeiros. O resultado desta invasão microeconômica com objetivos macroeconômicos foi a maior recessão da história estatisticamente documentada e a conquista de alguns pontos a mais no prêmio de risco do país.

Hoje, oito anos depois do *boom* do Real, a economia brasileira se encontra comandada por um médico, Antonio Palocci. O desafio do ministro não está em reescrever, desde uma perspectiva tupiniquim, os manuais de economia usados em todas as partes do globo, mas em mudar o curso da sociedade brasileira, para melhor.

Atualmente, a principal argumentação pelas reformas previdenciária e tributária é distributiva, e não apenas econômica. Levantar esta bandeira há cinco anos revelou-se um exercício solitário. O problema não era falar e ser criticado por isso, como agora, mas começar a ser ouvido. Antes das reformas foi preciso reformar o debate.

Hoje é difícil brigar com números transparentes como aqueles divulgados pelo governo, tais como os diferenciais das aposentadorias assumidas entre os inativos dos

setores público e privado, das rendas entre ativos e inativos do setor público ou entre todos estes grupos e as bolsas concedidas às crianças. Estas estatísticas são algumas facetas da internacionalmente famosa desigualdade brasileira.

A resistência observada no curso da discussão das reformas reflete a alta inércia da iniquidade nacional. Estamos há pelo menos quatro décadas consecutivas no pódio do ranking mundial da iniquidade², assim como já ganhamos a copa do mundo da inflação de 1960 a 1995. Uma das causas

“O Cruzado aproveitou a engenhosa anestesia para retirada do tumor e, ao invés, fez cirurgia plástica. O paciente saiu parecendo melhor do que entrou”

fundamentais da nossa desigualdade inercial são transferências de renda às avessas patrocinadas pelo estado brasileiro. Este é um processo que pode, e deve, ser estancado através das reformas. Não é surpresa que os principais beneficiários desta estrutura de gastos regressiva sejam os primeiros a se insurgir contra a reforma do contrato social proposta. O mesmo apego a privilégios adquiridos ocorreu no lento trajeto em direção à abolição da escravatura nesse país. Alguns apelam para comparações com o estado de bem-estar de países europeus como a Suécia, se esquecendo das diferenças internas que nos tornam tão diferentes dos nórdicos.

Tal como no caso da luta contra inércia inflacionária, a luta contra desigualdade inercial se dá inicialmente no redirecionamento das políticas de rendas do estado. Agora é preciso evitar um populismo fugaz, isto é ir além da focalização dos fluxos de gastos correntes. É preciso dar persistência ao foco, alterando nos fluxos de renda futuros, que são outra expressão do estoque de riqueza. As reformas procuram fazer isso.

Já ocorreram várias bolhas de consumo dos miseráveis, aí incluindo a própria luan-

de-mel com o Plano Real, agora *booms* de investimento dos produtores pobres ainda é coisa inédita neste país. Se o Brasil quiser atacar a inércia da sua desigualdade terá de intensificar a redistribuição de riqueza.

São necessárias ainda políticas inteligentes que façam os fluxos de renda e estoques de riqueza dos pobres caminharem na mesma direção, como o bolsa-escola. É essencial ressuscitar o capital dos pobres através de políticas de regularização fundiária. E é preciso ainda de políticas de serviços no apoio à acumulação de capital do produtor nânico, pobre e informal.

Além de redistribuir riqueza, é indispensável que esta tenha rentabilidade na mão dos pobres de hoje. Revoluções socialistas ou coloridas podem ser eficazes na promoção de rápidas mudanças de mãos do estoque de riqueza mas não em promover a rentabilidade deste capital. É preciso facilitar a conversão de retornos prospectivos em investimento corrente. Esta mediação entre fluxos de renda e estoques de riqueza é feita por intermédio de um mercado de crédito dinâmico que permita aos miseráveis aproveitar as oportunidades de investimento a eles disponíveis. Parodiando Mário Covas, é necessário um choque de capitalismo nos pobres brasileiros, e o centro do capitalismo é, sem dúvida, o mercado de crédito. Esta última é uma agenda que nunca foi perdida no Brasil, talvez pelo fato de nunca ter sido achada. ▣

¹A análise da bolha do Cruzado é encontrada no meu livro *Inflação e Consumo: Modelos aplicados ao imediato pós-Cruzado*, BNDES, Rio de Janeiro 1990. A analogia entre inflação inercial e à desigualdade inercial está em artigo da *Conjuntura Econômica* de setembro de 2002. O lado social das reformas estruturais brasileiras está quantificado no meu livro *Gasto Público en Servicios Sociales Básicos en América Latina y el Caribe: Análisis desde la perspectiva de la Iniciativa 20/20*, PNUD e Cepal, 1999.

²Neste ponto Carlos Langoni apontou há três décadas a desigualdade da educação como a causa fundamental da má distribuição de renda brasileira. Mais uma vez, o diagnóstico foi então rechaçado, e gerações de pobres brasileiros vão continuar a pagar as prestações deste erro de diagnóstico.